

Falácias acadêmicas, 12: o mito da exploração capitalista

Paulo Roberto de Almeida*

Resumo: Considerações de natureza sociológico-histórica sobre a realidade da exploração nas sociedades humanas, em especial nas sociedades capitalistas, e crítica da falácia alegadamente marxista de que as sociedades socialistas conseguiriam eliminar a exploração, que pode ser considerada como a base do desenvolvimento material e do progresso tecnológico de toda e qualquer sociedade humana. Trata-se de uma leitura realista sobre uma instituição tão velha quanto a própria humanidade e coetânea da natureza social do trabalho humano, ele mesmo sinônimo de capital. A maior parte da riqueza social acumulada pelas sociedades mais prósperas é constituída por capital intelectual, que nada mais é do que trabalho acumulado, como aliás já tinha sido afirmado por Marx.

Palavras-chave: Exploração; sociedades capitalistas; socialismo; teoria marxista.

1. De que exploração estamos falando?

Antes que me interpretem mal, esclareço que estou efetivamente falando da velha e abominável “exploração do homem pelo homem”, tão querida dos nossos colegas marxistas e socialistas. (Atenção, existe uma diferença entre eles, bem sutil, mas existe: nem todo socialista é marxista, e nem todo marxista é socialista. Este último pode pretender ser designado de comunista, o que é raro hoje em dia, mas sempre se pode tropeçar com algum, por mais surpreendente que isso possa parecer.) Um dos representantes dessa espécie, que deveria ser imediatamente incluída na convenção Cites – procurem no Google o que é isso – acredita, por exemplo, que “A sociedade capitalista repousa sobre a exploração do trabalho”.¹ Não só ela, eu diria, mas esse esperto sociólogo também sabe disso, pois que a exploração convive com as sociedades humanas desde a mais remota antiguidade. Pois bem, vamos falar da exploração em geral, e da capitalista em particular.



Antes que me acusem de qualquer outro pecado, esclareço, também, que pretendo falar bem da exploração; na verdade, fazer-lhe um elogio contido, mas sincero. Creio que cinco séculos depois de Erasmo ter ousado proceder a um elogio à loucura (*Encomium*

* Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira.

¹ Ver Emir Sader, “Pecado Capital do Capitalismo: A Exploração”. In: Sader, Emir (org.), *7 Pecados do Capital* (Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 57-77); cf. p. 76; o texto está disponível neste link: <http://pensocris.vilabol.uol.com.br/exploracao.htm>; acesso em 26.08.2009.

moriae, 1509)², mais de um século depois de Paul Lafargue ter defendido o direito à preguiça (*Le Droit à la Paresse*, 1883)³ e oitenta anos após Bertrand Russell ter escrito um outro elogio ao mesmo objeto (*In Praise of Idleness*, 1932)⁴, não deveria haver nada de muito surpreendente no fato de se pretender encontrar aspectos positivos na exploração. Só não lhe faço um elogio aberto porque não sou dado a esse tipo de atitude. Mas pretendo traçar um quadro sociologicamente realista desse fenômeno tão velho quanto a própria humanidade, com a permissão dos antropólogos, ou mesmo dos arqueólogos.

Pois bem, o mesmo sociólogo citado acima traça um quadro espantoso da exploração capitalista, o que tampouco deveria surpreender os leitores: sociólogos marxistas, em particular, e acadêmicos de esquerda, de forma geral, costumam condenar absolutamente toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, e a exploração capitalista em especial. Mas pode perguntar o leitor: onde está nesta série dedicada às falácias do mundo acadêmico – ver a série completa neste link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html> – o elemento falacioso que pretendo comentar em relação à teoria e à prática da exploração? Ela surge logo em seguida, no mesmo trecho já referido desse autor prolífico como poucos em falácias acadêmicas. Ele diz o seguinte, para demonizar a exploração capitalista e caracterizar de modo positivo que uma sociedade pode viver sem exploração: “Uma sociedade sem exploração é, antes de tudo, uma sociedade do trabalho, uma sociedade em que todos tenham garantido o direito ao trabalho, vivam do seu trabalho. Isto significa que, de alguma forma, todos se tornem trabalhadores e ninguém viva da exploração do trabalho alheio. Uma sociedade desse tipo elimina a exploração, fazendo com que ninguém possa viver do trabalho dos outros. Significa que ninguém disponha do privilégio de possuir capital, negado à grande maioria.”⁵

Ai está: todo o parágrafo, cada uma das frases, constitui uma falácia completa, das mais rotundas e falaciosas que possam existir. Esse sociólogo não deve ter tomado conhecimento do apotegma conhecido, segundo o qual “existe apenas uma coisa pior do que ser explorado, que é a de não ser explorado” (se não me engano, essa frase foi dita, em primeiro lugar, pela conhecida economista marxista Joan Robinson)⁶, do contrário ele não se levantaria de modo tão canhestro contra essa instituição que deveria ter seu lugar assegurado no panteão das realizações humanas. Mas depois eu volto para comentar a falácia sobre a sociedade sem exploração, pois as falácias sobre a exploração capitalista são ainda mais numerosas do que a utopia pretendida pelo sociólogo alienado – segundo um dos conceitos que ele mais gosta de usar – merecendo,

² Existem dezenas de traduções para a obra mais conhecida de Erasmo de Rotterdam, sendo a mais famosa aquela feita para o inglês por John Wilson, em 1668; ver o texto neste link: <http://www.gutenberg.org/dirs/etext05/8efly10.txt>; acesso em 26.08.2009.

³ O texto completo de Paul Lafargue, no original em francês, pode ser lido neste link: http://abu.cnam.fr/cgi-bin/donner_html?paresse3; acesso em 26.08.2009.

⁴ Ver esse artigo bem humorado de Bertrand Russell neste link: <http://grammar.about.com/od/classicessays/a/praiseidleness.htm>; acesso em 26.08.2009.

⁵ Cf. Sader, “Pecado Capital do Capitalismo: A Exploração”, op. cit., p. 77.

⁶ A frase de Joan Robinson seria mais precisamente esta aqui: “It’s a terrible thing to be a worker exploited in the capitalist system. The only worse thing is to be a worker unable to find anyone to exploit him.” Segundo o comentário de um economista, formulado num site de história econômica, onde fui buscar confirmação dessa frase, a citação parece se colocar no contexto do livro de Robinson, *The Economics of Imperfect Competition* (1933); ver a mensagem de Paul Flatau, neste link: <http://eh.net/pipermail/hes/1995-June/003649.html>; acesso em 26.08.2009.

portanto toda a nossa atenção.

Com efeito, a exploração, capitalista ou não, se apresenta como um dos elementos de organização social de maior força agregadora e de maior vitalidade institucional. No entanto, a legitimidade da exploração sempre foi expurgada da memória social, constituindo-se numa espécie de mito fundador rejeitado universalmente pelo inconsciente coletivo. Apesar disso, ela parece ser estruturalmente necessária enquanto sustentáculo da vida social, surgindo historicamente como um verdadeiro requisito de civilização e como um componente indispensável de toda e qualquer sociedade dinâmica.

Ao lado da dominação, a exploração é uma das forças mais poderosas que motivam o progresso social e o avanço material das civilizações, ao organizar a sociedade para o crescimento do produto em bases mais racionais e ao permitir, contraditoriamente, o surgimento de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de uma maior igualdade de chances no conjunto da sociedade.

Antes que se tome este exercício de crítica intelectual como mera provocação – o que ele, de certo modo e efetivamente é – devo esclarecer que pretendo tão somente oferecer algumas notas sobre os condicionantes históricos do desenvolvimento social, como forma de sustentar um novo tipo de discurso sobre essa relação social tão execrada e, no entanto, tão generalizada, a ponto de ser verdadeiramente universal nas sociedades complexas.

Mais do que um simples elogio, a exploração requer explicação e compreensão, ou aquilo que em termos metodológicos weberianos se chamaria de *Verstehen*. Minha intenção é, sucintamente, proceder ao alinhamento de uma série de proposições relativamente diretas – mas de cunho geralmente abstrato – e pedir a meus leitores que tentem encontrar contra-proposições historicamente credíveis e empiricamente sustentáveis.

É evidente que os partidários da vulgata unilinear marxista sobre a sucessão dos “modos de produção” poderão desde logo argumentar com exemplos retirados da chamadas “sociedades primitivas”. A estes devo, no entanto, advertir que estou me referindo a sociedades históricas, isto é, dotadas da mola do progresso e aptas a retirar da atividade produtiva um excedente para investimento futuro e incremento das oportunidades de consumo. Apesar de que este modesto ensaio possa ser também considerado como um exercício de antropologia cultural, ele não pretende circunscrever seus argumentos a um determinado tipo de formação social, mas sim generalizá-los em função da categoria mais comum de sociedade histórica, que é aquela dividida em classes (incluídas neste conceito igualmente as que algum dia tiveram a pretensão de se considerar “socialistas”).

Sem pretender, portanto, oferecer aqui uma teoria completa e a prática relevante da exploração capitalista, as proposições de caráter abstrato que faço — procurando aproximar-me das categorias universais que Weber chamaria de *Ideal-typus* — buscam recolocar em termos claros a realidade da exploração, sua necessidade histórica e sua preservação, mesmo nas sociedades pretensamente socialistas, em que pese a opinião contrária do sociólogo alienado já referido.

2. O caráter historicamente necessário da exploração do homem pelo homem

Todas as sociedades organizam-se estruturalmente segundo uma relação mais ou menos

estreita com o seu meio ambiente. Mas é nas chamadas sociedades primitivas que a “ditadura da natureza” é mais marcada. Nas sociedades relativamente complexas, isto é, dotadas de meios técnicos suscetíveis de transformar o meio ambiente, a emancipação do Homem vis-à-vis a Natureza acarreta igualmente uma divisão sexual e social do trabalho, base ulterior da divisão da sociedade em classes.

Todas as sociedades históricas são, ou foram, sociedades divididas em classes sociais, ou seja, sociedades organizadas com base em relações de dominação política e de exploração do trabalho produtivo. Não há exemplos, na antropologia ou na história comparadas, de sociedades históricas que não tenham sido, ao mesmo tempo, sociedades desiguais: nessas sociedades, uma determinada categoria de pessoas detêm a capacidade de comandar outras pessoas (de fato, a maioria) e delas extrair recursos excedentes em termos de produção econômica.

A apropriação de excedentes econômicos produzidos pelas classes trabalhadoras (*exploração*), e a imposição de uma forma qualquer de comando autoritário sobre o conjunto da população (*dominação*), parecem obedecer a uma mesma lógica social: a monopolização, por parte de uma categoria de pessoas, de determinados bens raros, nesse caso representados pela Propriedade e pelo Poder. O conceito econômico de “raridade” — ou “escassez relativa” — parece apropriado para caracterizar tanto essa concentração do excedente disponível na esfera econômica, como a monopolização do poder político em mãos de uma elite social.

A concentração e a centralização desses bens raros nas mãos de uma elite dominante é normalmente legitimada por algum tipo de racionalização, já que aqueles processos não podem ser mantidos unicamente através do emprego constante (ou da ameaça de uso) da violência institucionalizada. Uma “ideologia da dominação” — que é, ao mesmo tempo, uma justificativa da exploração — tende assim a acompanhar todas as situações de desigualdade estrutural.

3. O progresso civilizatório e os sistemas imperiais (mas não apenas eles)

Nas sociedades de classe modernas e contemporâneas, a exploração assume principalmente a forma do desenvolvimento econômico, cuja característica essencial é a capacidade da sociedade de produzir inovações tecnológicas. Nas civilizações materiais organizadas com base na propriedade privada e no livre comércio (mercado), o desenvolvimento contínuo das forças produtivas deu origem a um verdadeiro “modo de produção inventivo”, transformando o progresso tecnológico em *rationale* da vida econômica e social.

As relações desiguais de apropriação de bens raros não ocorrem apenas num âmbito puramente inter-classista ou intra-societal, mas prevalecem igualmente num nível inter-societal, confrontando formações nacionais desigualmente dotadas em recursos e diversamente inseridas num mesmo sistema global. A exploração e a dominação não têm, assim, um caráter nacional exclusivo; mas a aplicação desses dois princípios a nível trans-nacional confunde-se, em muitos casos, com as relações desiguais que prevalecem internamente entre classes sociais.

A racionalização conceitual do desenvolvimento histórico e social, ao coincidir no tempo com a formação e o fortalecimento dos Estados-nacionais (séculos 16-18), impôs, a estes últimos, encargos e responsabilidades muito precisas em relação ao desenvolvimento concreto de suas sociedades respectivas. O estado do Progresso passou

a exigir, cada vez mais, o progresso do Estado, tendência apenas minimizada nas formações sociais que atravessaram um processo relativamente completo de *Nation making* antes de ingressarem numa fase de *State building*. As sociedades da Europa ocidental – à diferença dos antigos despotismos orientais – foram as que primeiro souberam organizar a exploração em bases racionais, daí os contínuos saltos de produtividade e de inovação tecnológica que permitiram a essas sociedades se lançarem à conquista do mundo revelado pelos Descobrimentos e de dominar todas as demais sociedades conhecidas durante praticamente cinco séculos.

Na época do Iluminismo, foram criadas legitimações doutrinárias e filosóficas à prática da exploração. Essas formulações ideológicas consubstanciaram-se, posteriormente, no pensamento liberal clássico, de que são exemplos, no plano econômico, os conceitos de “equilíbrio dos mercados”, da “mão invisível”, de “vantagens comparativas” ou de “laissez-faire”. A força doutrinária do pensamento liberal contaminou também as elites dominantes dos próprios países submetidos a alguma forma de exploração e de dominação, a tal ponto que a expropriação direta de recursos (espoliação colonial) e a apropriação indireta de trabalho materializado (intercâmbio desigual) puderam ser justificadas pela sua funcionalidade em relação ao princípio do desenvolvimento material das sociedades envolvidas. Mas mesmo um igualitarista radical como Marx viu na instituição colonial, ou seja, na incorporação de novas áreas à exploração capitalista, um grande fator de desenvolvimento material em sociedades mais atrasadas. Ele queria o rápido desenvolvimento capitalista da Ásia.

Em outros termos, mesmo as sociedades dominadas pelo Ocidente capitalista – como os impérios despóticos do Oriente, como já referido – praticavam a exploração de outros povos. O próprio instituto da escravidão – que uma historiografia enviesada quer ver apenas como uma das bases da ascensão do capitalismo, especificamente em sua vertente africana dos séculos 15 a 19 – é tão antigo quanto o comércio internacional, ou mesmo anterior a ele, tendo continuado a existir até tempos muito recentes, em sociedades – africanas e árabes, por exemplo – que pouco têm de capitalistas ou ocidentais. O tráfico, em sua essência, era iniciado pelas próprias tribos africanas, continuado pelos mercadores árabes ou muçulmanos que circundavam os portos de exportação da África e praticado, aí sim, em sua ponta mais lucrativa – o fornecimento para os demandantes do Novo Mundo – por transportadores europeus e americanos, que retiravam grandes lucros do transporte e venda por atacado. Mas apenas um historiador marxista hoje desacreditado, como Eric Williams – em seu *Capitalism and Slavery* (1944) –, pretende ver na escravidão a base do desenvolvimento capitalista moderno, quando ela é um dos aspectos mais acessórios e não fundamentais à emergência e desenvolvimento do sistema (como, aliás, provado pela própria história do primeiro capitalismo, o britânico, também o primeiro a abolir o tráfico e a escravidão).

4. Existiria progresso humano sem exploração?: dificilmente

A exploração nem sempre pode ser qualitativamente aferível: em todo caso sua percepção é, mais bem, de ordem subjetiva. Tampouco ela parece ser quantitativamente mensurável, embora exercícios marxianos tenham tentado medir tal indicador através da “taxa de mais valia”. Todas as avaliações estimativas no sentido de traduzir esse conceito na prática econômica corrente se viram, no entanto, frustradas por sérias dificuldades metodológicas e por barreiras empíricas não menos importantes. Nenhum economista sério, atualmente, trabalha com os conceitos marxianos de mais-valia, ou de

taxa de exploração: apenas acadêmicos alienados ainda pretendem fazê-lo. Mas na verdade não conseguem superar os obstáculos epistemológicos ao seu uso adequado no trabalho de análise sociológica; eles apenas pretendem fazê-lo, enganando alunos e colegas nesse empreendimento surrealista.

O sucesso relativo de uma nova forma de organização social da produção material – como o capitalismo, por exemplo – significa, concretamente, uma maior disponibilidade de bens e serviços anteriormente raros ou de alto custo unitário; ele se traduz, igualmente, numa maior capacidade em exercer um controle ampliado sobre o meio ambiente social. O modo de produção é tanto mais inventivo quanto ele conseguir transformar um maior número de bens raros em produtos e serviços de consumo corrente: sua funcionalidade social, em termos históricos, está precisamente nessa capacidade em atribuir um valor de troca a uma gama relativamente ampla de necessidades humanas. Sem exploração seria praticamente impossível realizar isso.

Ao disseminar mercadorias e transformar ecossistemas, o progresso tecnológico cria desigualdades econômicas e sociais suplementares àquelas ordinariamente existentes, mas que são em grande parte o resultado de uma maior divisão social do trabalho e de uma crescente especialização de funções produtivas. A transformação criativa que deriva do modo de produção inventivo gera, igualmente, desequilíbrios sociais e regionais, que se traduzem não apenas em termos de obsolescência de meios de produção e de subutilização de recursos humanos, mas também na marginalização de regiões inteiras e sua subordinação econômica a centros mais desenvolvidos. Enquanto novos espaços sociais são incorporados aos circuitos da exploração, outros deixam de ser funcionalmente rentáveis na cadeia de expropriação de excedentes, ou seja, sua exploração já não é mais compatível com os custos marginais. A exploração tem isso de “bom”, que ela é flexível e mutável.

O debate contemporâneo sobre as origens do atraso de sociedades outrora colonizadas tendeu a ver na exploração e na dominação dessas sociedades uma das molas propulsoras do desenvolvimento nas formações dominantes e, inversamente, naqueles dois fenômenos os principais fatores de subdesenvolvimento nas primeiras. Em que pese a contribuição adicional desses fatores, ao lado da exportação de excedentes demográficos, para o avanço material das sociedades mais poderosas, as alavancas mais significativas no processo de desenvolvimento econômico e social dessas sociedades foram, e são, de ordem propriamente interna. Essas alavancas, que constituem condições prévias ao desenvolvimento sustentado, derivam de um conjunto de relações sociais condizentes com o modo inventivo de produção e situam-se, por assim dizer, na própria raiz da organização social da produção nessas sociedades. Inovação tecnológica e poder econômico constituem requisitos necessários ao — e não efeitos do — exercício da vontade imperial.

A espoliação colonial e a dominação mundial não podem ser implementadas sem a capacitação intrínseca do pretendente, o que significa a existência de uma estrutura social e de recursos materiais e humanos compatíveis com a *voluntas* dominadora. Embora uma das fontes de “acumulação primitiva” possa ser constituída pela exploração de sociedades dominadas, esta não é nem o mais importante fator de avanço material das sociedades centrais, nem o requisito suficiente para o desenvolvimento contínuo destas últimas. A chamada “aventura colonial” foi antes uma busca de prestígio político do que um empreendimento econômico, envolvendo, na maior parte

dos casos, custos superiores aos benefícios incorridos.

A única forma de subtrair-se à exploração e à dominação de outrem, tanto no plano nacional como no das relações inter-sociais, parece assim situar-se na auto-capacitação tecnológica e humana, o que vale dizer, dotar-se de seu próprio modo inventivo de produção, base material e fonte primária de poder econômico e político. A soberania, seja a individual ou a coletiva, deriva da faculdade de organizar a exploração e a dominação em bases propriamente autônomas, ou seja, criar o seu próprio fulcro de poder social. Resumindo: explore, você também...

Em outros termos, a internalização dos efeitos sociais e econômicos da exploração e da dominação só pode ser obtida por meio da conversão de uma formação social em centro de seu próprio sistema nacional, dotando esta última de sua respectiva periferia. Não é preciso referir-se, por exemplo, ao caso do Brasil – uma sociedade capitalista em formação – e de sua periferia regional semi-capitalista para constatar como esse fenômeno é amplamente disseminado, e presente mesmo em nossas portas, ainda que muitos finjam ou pretendam não ver. Um passeio por certos vizinhos regionais, bem como a leitura de seus pasquins e panfletos mais emocionais confirmaria, sem dúvida, esta assertiva, que atribui ao Brasil um novo papel.

5. Eliminando um mito marxista: a exploração como dominação

O marxismo teórico, ainda bastante bem representado em nossas academias – posto que os representantes do marxismo prático já não são tão numerosos – pretende ver na marcha do capitalismo dos últimos dois séculos, e nos exemplos históricos das numerosas revoluções políticas ocorridas em diversas sociedades, nesse intervalo de tempo, a comprovação empírica de que os trabalhadores, aqui e ali, pretendem libertar-se da “exploração capitalista”, para inaugurar a “idade de ouro” das sociedades socialistas, que supostamente não funcionariam com base na exploração do homem pelo homem. Nada mais falso, como um simples passeio pelos dois únicos exemplos de socialismo remanescentes em nossos tempos de globalização capitalista poderia comprovar. Mas vamos prosseguir em nossa análise conceitual.

As sociedades que conheceram rupturas violentas da ordem política, durante seus processos de modernização econômica e social, eram, via de regra, as menos desenvolvidas materialmente em relação a seu entorno geográfico, em suma, sociedades onde a exploração menos tinha feito progressos. Em termos históricos concretos, é a insuficiência de desenvolvimento capitalista, e não uma pretendida “super-exploração capitalista”, que abre as portas a revoluções burguesas e anti-burguesas. Isto é válido tanto para as revoluções burguesas “clássicas”, de que a francesa constitui o paradigma por excelência, como para as revoluções sociais da periferia, na Rússia, na China e, mais perto de nós, no México e na Bolívia.

As tentativas de superar a “democracia formal”, de caráter burguês, e de eliminar a exploração de tipo capitalista, substituindo-as pela “democracia real” e pelo igualitarismo social, não conseguiram, nem mesmo no caso das experiências de cunho autogestionário, sequer arranhar o sólido edifício da exploração, logrando apenas destruir toda e qualquer possibilidade de governo democrático, sem adjetivos. Como diz a conhecida anedota, se o capitalismo é um sistema de exploração do homem pelo homem, sob o socialismo ocorre exatamente o inverso.

Da mesma forma, não se conseguiu até agora conceber, colocar em prática e fazer

funcionar, efetivamente, qualquer sistema de organização social da produção que combinasse eficiência produtiva e equidade social, e que eliminasse, total ou parcialmente, qualquer vestígio de exploração, isto é, que não fosse baseado num sistema de alocação de recursos e de redistribuição de excedentes caracterizado por um processo decisório autoritário e mesmo anti-democrático, em sua escala microeconômica. A propriedade coletiva dos meios de produção que, junto com o “planejamento democrático” da produção, deveria garantir o desaparecimento definitivo de qualquer tipo de exploração social, não apenas deu início a formas disfarçadas (na verdade, bem abertas) de exploração dos trabalhadores, como conduziu a um sistema caracterizado pelo desperdício de recursos materiais e humanos (e, portanto, a uma maior exploração da sociedade) e marcado pelo florescimento de práticas políticas antidemocráticas, em escala macrossocial. O Gulag foi, possivelmente, o maior empreendimento explorador já visto em toda a História.

A experiência histórica indica que a difusão do desenvolvimento, em suas diversas formas materiais (incluindo suas manifestações culturais), emana sempre dos diversos centros de poder econômico e político. Os benefícios da acumulação reverterem inevitavelmente aos mesmos centros, após ter o processo global de exploração cumprido sua missão histórica de amealhar recursos adicionais para a sociedade originalmente dominante. Não parece haver, pelo menos no horizonte histórico do sistema inter-estatal contemporâneo, alternativas válidas de afirmação nacional que logrem superar a assimetria estrutural da relação centro-periferia: ou as sociedades e nações dominadas conseguem transformar a exploração e a dominação em alavancas autônomas do seu próprio progresso econômico ou elas estão condenadas (num sentido propriamente hegeliano) a continuarem como meros objetos da História. No entanto, como todo processo histórico, a relação centro-periferia é eminentemente instável e perfeitamente mutável, tanto em seu contorno como em sua composição, podendo substituir atores, transformar cenários e ocupar novos palcos sociais. A História, absolutamente indeterminada, sempre oferece uma margem de liberdade, tanto aos homens quanto às nações, mas nela não há fim para a exploração.

*

As proposições alinhadas acima, deliberadamente provocativas, deveriam incitar sua contestação, tanto no plano lógico como no terreno histórico. É, aliás, desejo do autor que o presente “elogio da exploração” não seja simplesmente visto como um mero *divertissement* acadêmico, mas como uma tentativa de engajar a responsabilidade do intelectual na discussão de um tema essencialmente incômodo e altamente propenso a considerações de natureza ideológica. Tanto a crença liberal, como a imaginação dialética, deveriam se sentir desafiadas a descer na arena conceitual para expor seus próprios argumentos sobre a legitimidade histórica ou a ‘inaceitabilidade’ moral desta realidade social que constitui a exploração. Pelo menos até aqui, ela parece estar empiricamente validada nos laboratórios da história.

Deve-se finalmente acrescentar que o “discurso realista”, do qual os presentes argumentos constituem um simples exercício, encontra sérias objeções morais no plano da *praxis* política e social – num contexto nacional ou internacional –, razão pela qual ele deve ser freado por princípios éticos suscetíveis de serem defendidos por lideranças político-partidárias e estadistas responsáveis. Não se deve esquecer, porém, de que a realidade subjacente a ele – ou seja, a estrutura das relações de exploração e de

dominação – constitui o fundamento último e a razão imanente que sustentam a atuação dos Estados e elites dominantes em todas as épocas históricas.

Se ousar agora retornar ao sociólogo alienado a que me referi no início deste trabalho, seria, finalmente, para registrar sua maior falácia: a da eliminação da exploração. Mais do que uma falácia, se trata de uma impossibilidade teórica e prática que ele comete sem sequer ter consciência de seu equívoco. Com efeito, no trecho selecionado ao início, quando ele indica a possibilidade de uma sociedade sem exploração, ele tinha afirmado isto aqui: “Uma sociedade desse tipo [ou seja, socialista] elimina a exploração, fazendo com que ninguém possa viver do trabalho dos outros. Significa que ninguém disponha do privilégio de possuir capital, negado à grande maioria”. Esse sociólogo nunca deve ter visitado uma sociedade do socialismo real, e se visitou, foi com viseiras nos olhos, pois não percebeu a enormidade do erro.

A afirmação é uma enorme falácia, posto que esse sociólogo alienado simplesmente não considera que cada trabalhador, qualquer um – e o capitalista, tanto quanto o acadêmico, também é um – possui, antes mesmo de sua “força de trabalho” (que é uma das falácias marxistas menos importantes), o seu capital intelectual. Toda pessoa humana normalmente constituída, mesmo a mais ignara, possui o seu capital intelectual: tal característica é inerente à personalidade humana. Esse capital, todo capital é consubstancial ao trabalho humano; ele nada mais é, aliás, do que trabalho acumulado. Quem disse isso, aliás, foi o próprio Marx. Possuir esse tipo de capital não constitui, portanto, nenhum privilégio de uma minoria restrita. Apenas uma mente obtusa, e que não leu direito o seu Marx, consegue fazer uma afirmação tão absurda e tão contrária à verdade elementar das coisas: mesmo sociólogos alienados têm capital.

A menos, é claro, que o acadêmico em questão considere que os trabalhadores manuais – uma categoria limitadamente marxista – não possuam o seu capital intelectual; ou que, além de tudo, ele pretenda excluir os capitalistas do universo dos trabalhadores (manuais ou intelectuais, não importa no caso): ele deve achar que o capitalista só passa na fábrica no final do dia para recolher o seu dinheiro. Em ambas as hipóteses, esse tipo de análise excludente, constitui, por parte desse trabalhador supostamente acadêmico, um enorme preconceito de classe; ou ignorância pura.

Ele provavelmente também ignora que o grosso da riqueza acumulada nas sociedades mais prósperas – qualquer que seja o seu regime político ou social – é constituído atualmente por capital intelectual, a chamada riqueza intangível, própria da sociedade do conhecimento. Finalmente, ele deve preferir ignorar que as chamadas sociedades socialistas também preservam a exploração do homem pelo homem, qualquer que seja o sentido que se dê à expressão. Pena que elas estejam acabando rapidamente, do contrário seria o caso de recomendar ao sociólogo distraído um pouco de turismo investigativo – mas sem viseiras nos olhos – em torno das condições de trabalho em Cuba e na Coreia do Norte, por exemplo. Seria edificante, na verdade.

Se ele não for desonesto intelectualmente, nosso sociólogo descobriria que a realidade desses regimes também é feita de exploração, possivelmente em escala ainda maior do que aquela observada nos capitalismo realmente existentes. Só os néscios, e os praticantes contumazes de falácias acadêmicas, preferem ignorar isso.

Até a próxima falácia...